

“Desapontamento” dos bancos com a proposta brasileira

por Paulo Sotero
de Washington

O presidente do conselho de administração do Citicorp, John Reed, disse ontem a este jornal que “os bancos compreendem a proposta” de negociação que o governo brasileiro lhes apresentou, não gostam de seu conteúdo mas acreditam que ela pode servir como base para um diálogo e, por isso, “merece uma resposta”. A resposta dos credores, indicou Reed, será dada aos representantes do governo brasileiro em seu próximo encontro com o comitê de bancos credores, previsto para sexta-feira, em Nova York.

O conteúdo da resposta dos banqueiros foi discutido num tenso encontro que reuniu doze dos quatorze presidentes de conselho de administração dos bancos representados no comitê durante mais de duas horas na sede da Bakers Association of Foreign Trade, no sétimo andar do edifício da National Geographic Society, onde dois dias antes o governo brasileiro apresentara sua proposta aos credores. Não compareceram apenas os “chairmen” dos bancos de Montreal e do Deutsche Bank.

Indagado por este jornal, Reed usou a palavra “desapontamento” para descrever o ânimo dos participantes da reunião. Numa possível indicação do que a contra proposta dos credores poderá conter, ele afirmou, respondendo a uma pergunta deste jornal, que, “se eu fosse brasileiro, estaria interessado num acordo de curto prazo”. Mas, acrescentou, “o ministro Bresser Pereira não está interessado num acordo desse tipo”.

Sem prever nenhum desfecho, Reed enfatizou, contudo, que acredita que haverá negociações entre o Brasil e os bancos e que os dois lados continuarão a conversar depois da sexta-feira. Um outro banqueiro



John Reed

indicou a este jornal que a contra-proposta dos credores terá uma característica em comum com a que eles receberam do Brasil: será vaga o suficiente para impossibilitar uma recusa pura e simples pelo outro lado.

Segundo esse banqueiro, o tom em que a reunião dos “chairmen” transcorreu teria sido, na realidade, algumas oitavas acima do que fazem supor as declarações de Reed. “Os banqueiros receberam a proposta brasileira com raiva”, disse ele. Segundo a fonte, alguns dos presidentes de bancos presentes chegaram até a defender a idéia de alugar um avião e despachar uma comissão representativa dos “chairmen” diretamente a Brasília, para conversar com o presidente José Sarney, argumentando que o ministro Bresser Pereira estaria dando ao presidente uma impressão errada sobre a posição dos banqueiros.

Os bancos com presença mais forte e mais informações sobre a conjuntura política do País desarmaram rapidamente a proposta, argumentando que a iniciativa continha riscos políticos imensos, pois, mesmo que ela desse resultado, o que é improvável, os sucessores de Bresser teriam de ser, inevitavelmente, “mais radicais do que ele”.

Traduzindo um sentimento generalizado entre os credores — e entre os membros da delegação oficial brasileira à reunião do FMI —, o banqueiro disse que não vê chances de um acordo com o Brasil antes do fim do ano. Na ausência de um entendimento mais bem estruturado sobre a dívida passada e um pedaço da dívida futura — e fornecendo uma indicação um pouco mais específica do que a de Reed a respeito dos elementos que a contra proposta dos bancos poderá conter —, ele afirmou que o melhor cenário seria um arranjo do tipo “stand still”, pelo qual o Brasil deixaria os vencimentos atrasados em suspenso mas voltaria a pagar os juros correntes.

Em contrapartida os bancos restabeleceriam as linhas de curto prazo em sua plenitude, enquanto prosseguiriam as negociações. “Mas, mesmo no melhor cenário, nós levaríamos três meses para armar um acordo vendável ao mercado”, afirmou a fonte. O banqueiro acrescentou que a simples percepção de que o diálogo entre o Brasil e os credores foi retomado poderá não ser suficiente para evitar a reclassificação dos empréstimos ao País pelas autoridades bancárias dos EUA. “É preciso mais do que isso, e eu espero que até o final de outubro nós possamos fazer mais progresso.”

A solução do tipo “stand still” parece estar fora do horizonte das hipóteses contempladas pelas autoridades econômicas brasileiras. Embora tenha manifestado certa disposição de flexibilidade, o ministro Bresser Pereira não admitiu, segundo disse, suspender a moratória antes de obter um acordo vantajoso para o Brasil.

Os credores, por seu lado, parecem igualmente determinados. Informados sobre a anulação do acordo

de renegociação da dívida oficial pelo Clube de Paris, que cobria US\$ 500 milhões de vencimentos de principal do primeiro semestre, um outro alto executivo de um grande banco credor disse que “os bancos não farão nenhum acordo com o Brasil enquanto não ficar absolutamente claro qual será o montante da participação dos credores oficiais e dos organismos multilaterais”.

Na verdade, a proposta de negociação brasileira foi recebida de forma fria pelos bancos, porque, como disse o presidente do comitê de bancos aos negociadores brasileiros, na sexta-feira passada, ela preocupava os banqueiros tanto pelos elementos que contém como também pelos que não mencionava.

Os bancos não aceitam, particularmente, a tese embutida na proposta brasileira de desvincular o financiamento dos credores privados daqueles dos credores oficiais, e da fórmula de desembolso incondicional que ela contém. “Filosoficamente, a proposta está muito longe de tudo o que já foi feito até agora”, justificou uma fonte do comitê. “Não há consenso entre os banqueiros. Mas o grupo majoritário acredita que é melhor ter esta proposta e estar conversando do que a situação anterior”. Esse sentimento foi bem resumido pela intervenção do representante do Bank of Tokyo na reunião de sexta-feira.

Quando chegou sua vez de falar, comentando a proposta que o presidente do Banco Central, Fernando Milliet, acabara de apresentar, o banqueiro japonês disse: “Se a proposta de conversão de metade da dívida em títulos de longo prazo, a um desconto, era um ‘non-starter’, como disse o secretário (do Tesouro dos EUA — James) Baker, essa proposta tem chances de vir a ser um ‘starter’”.